Povos Indígenas no Brasil

Fonte ESTADO DE MINAS Class.: PINRO 452
 Data 10/12/80 Pg.: _____

Andreazza define a política indigenista

BRASÍLIA — "As diretrizes do governo federal em relação à política indigenista enfatizam o respeito ao índio, o respeito à sua família, o respeito ao seu patrimônio", afirmou ontem o ministro do Interior, Mário Andreazza, durante solenidade de assinatura de convênio entre a Fundação Nacional do Índio e a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, com o objetivo de realizar a demarcação de terras indígenas.

Segundo Andreazza, "o alargamento das fronteiras econômicas e a ocupação dos vazios existentes no território nacional reclamam ação decisiva e imediata do governo, preocupado em evitar tensões e conflitos entre os silvícolas e a sociedade envolvente".

Depois de salientar que a principal providência a cargo da Funai para o desenvolvimento das populações indígenas refere-se à terra, o ministro Andreazza disse que qualquer benefício que se possa proporcionar ao indígena brasileiro estará vinculado à demarcação e regularização das terras em que vive: "A terra onde vive o índio se identifica com o

índio. Integra as suas tradições. Influi decisivamente na sua formação histórica".

O ministro interino do Exército, general Ernani Ayrosa, afirmou, ao abrir a solenidade, que o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, "é interessante" e que o Exército, operando com o Ministério do Interior na demarcação de terras indígenas, tem convicção de que levará a bom termo o trabalho.

Explicou o general Ayrosa que o convênio "é uma conclusão de uma decisão do ministro Walter Pires", da qual ele é intermediário, embora tenha participado da sua elaboração desde o início.

Por sua vez, o chefe da diretoria de Serviço Geográfico do Exército, general de brigada Aristides Barreto, disse que o objetivo do convênio é estabelecer condições de cooperação mútua na execução de trabalhos técnicos cartográficos e topográficos, em quaisquer de suas fases, visando à demarcação de terras indígenas no território nacional.